

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Ao décimo e oitavo dia do mês de maio de dois mil e vinte e três, às 14h30min, foi realizada a
2 **44ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)**, através do
3 aplicativo “Microsoft Teams” e transmitida ao vivo para a população em geral pelo serviço de
4 streaming (YouTube) disponibilizado no site da CMPU (Reuniões 2023), nos termos da Portaria
5 nº 17 complementada pela Portaria nº 19/2020/SMDU.G. **Pauta do dia:** 1. Comunicações
6 Gerais; 2. Apresentação da minuta final de Projeto de Lei da Revisão da Lei de Parcelamento,
7 Uso e Ocupação do Solo (Lei nº 16.402/2016), referente ao processo participativo realizado
8 entre os anos de 2017 e 2019, assim como o disposto no Projeto de Lei 127/23 - Revisão
9 Intermediária do Plano Diretor Estratégico, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que
10 recaiu sobre a LPUOS. **1)** O Presidente Suplente, Sr. José Armênio de Brito Cruz, iniciou a
11 reunião às 14h31min, cumprimentando as (os) Conselheiras (os). **2)** Antes de adentrar na
12 Pauta, o Conselheiro Suplente do Conselho Participativo Municipal (CPM) da Macrorregião
13 Norte 2, Sr. João Moreirão de Magalhães, apresentou uma questão de ordem, que solicitou o
14 cancelamento da presente reunião e a permissão para leitura de uma manifestação, lida pelo
15 Conselheiro Titular do CPM da Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach, conforme segue: “Exmo.
16 Sr. Marcos Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Exmo. Sr. José
17 Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto de Urbanismo e Licenciamento, Com cópia: Exmo.
18 Sr. Ricardo Nunes, Prefeito Municipal, Exmo. Dr. Mário Luiz Sarrubbo, Procurador Geral de
19 Justiça do Estado de São Paulo, Exmo. Dr. Florivaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral
20 do Estado de São Paulo. Nós, representantes da sociedade civil neste Conselho Municipal de
21 Política Urbana - CMPU, nesta 44ª Reunião Extraordinária que tem como único item de pauta a
22 “Apresentação da minuta final de Projeto de Lei da Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e
23 Ocupação do Solo (Lei 16.402/2016)”, assim nos manifestamos: A sociedade requer amplo
24 diálogo no processo de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e se dispõe a
25 dialogar desde que respeitadas as instâncias de participação. Repudia-se a atitude do Poder
26 Executivo de encaminhar revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no curso da
27 revisão do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Repudia-se a atitude desleal
28 do Poder Executivo que descartou as sugestões da sociedade civil sobre alterações na Lei de
29 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo apresentadas durante as etapas de propostas para a
30 revisão do Plano Diretor Estratégico sob justificativa de que elas seriam debatidas em outro
31 momento. Não foram e não serão. Resgatar um processo iniciado há 4-5 anos ignora as
32 demandas atuais da sociedade civil, ainda mais considerando que a cidade mudou
33 profundamente durante o extenso período da pandemia quando o setor da construção não
34 parou, gerando evidentes contrastes que precisam ser debatidos e corrigidos para o bem estar
35 da população e para a sustentabilidade da cidade, e, nesse sentido, a atitude de revisar a Lei
36 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo neste momento e nestas circunstâncias de fato,
37 sugere, mais uma vez, a tentativa de usar os Conselhos e Órgãos Colegiados como validação de

38 um processo ilegítimo e que não foi concluído, feito de forma apressada, não democrática,
39 ignorando a obrigatória gestão participativa da cidade nos termos do que exige a Constituição
40 Federal, o Estatuto da Cidade, a Constituição Estadual e a Lei Orgânica do Município. Os
41 Conselhos e Órgãos Colegiados não se prestam a ser operacionalizados para desfavorecer, com
42 diferentes pesos e medidas, grupos sociais com interesses divergentes, devendo ser espaço de
43 mediação e busca por alinhamentos na defesa do interesse público. Diante de tal situação, que
44 contraria diretamente o fundamento legal de existência e funcionamento deste Conselho
45 Municipal, os representantes da Sociedade Civil se retiram desta 44ª Reunião Extraordinária,
46 requerendo que a presente manifestação conste na íntegra da sua Ata e do seu Extrato de Ata,
47 e se manterão afastados dessa pauta até que sejam entendidos como agentes de participação
48 e não como instrumentos de validação de prática antidemocrática, ilegal e teatral. Estaremos,
49 todavia, disponíveis para pactuar uma agenda de discussões, caso se reconheça outra postura
50 da municipalidade, efetiva em garantir os devidos ambientes para a participação democrática
51 e requeremos a abertura de verdadeiro processo participativo para ampla e efetiva
52 participação social na elaboração do planejamento urbano inspirado exclusivamente no
53 interesse público e alertamos que as pactuações devem ser respeitadas e não ignoradas,
54 como, infelizmente, tem ocorrido no CMPU. Maria Laura Zei Fogaça, Roberto Rolnik Cardoso,
55 Wellyene Gomes Bravo, José Antonio Chinelato Zagato, João Moreirão, Renato Luiz Sobral
56 Anelli, Maria Lucia Bellenzani, Nabil Bonduki, Edilson Mineiro, Viviane Rubio, Mateus Muradas,
57 Durval Tabach, Margareth Matiko Uemura, Juliana Prevedel, Lucila Lacrete, Maria Angélica
58 Oliveira, Juliana Avanci, Elodia Filipini, Claudia Gibeli, Osni Pandori, Juliana Trento, Ademilson
59 Baia, Maurício Ramos, Fernando Rangel, José André de Araújo, Julieta Abraão, Stela de
60 Camargo Da Dalt, Mauro Calliari”. **3)** Na sequência, em decorrência e concordância ao
61 documento lido, retiraram-se da reunião os membros: Conselheiro Suplente do CPM da
62 Macrorregião Norte 2, Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães; Conselheiro Titular do CPM
63 da Macrorregião Sul 1, Sr. Durval Tabach; Conselheira Titular da Associação dos Trabalhadores
64 Sem Teto da Zona Noroeste, Sra. Julieta Aparecida Tolentino de Abraão; Conselheira Titular do
65 CPM da Macrorregião Sé, Sra. Stela de Camargo da Dalt; Conselheira Titular do Instituto de
66 Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS), Sra. Margareth Matiko Uemura;
67 Conselheira Suplente da Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista (SAPP), Sra. Juliana
68 Milanesi Menna Barreto Prevedel; Conselheiro (a) Titular e Suplente da Associação dos
69 Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE), Sr. José Antônio Chinelato Zagato e Sra. Juliana
70 Trento; Conselheira Titular do CPM da Macrorregião Sul 2, Sra. Wellyene Gomes Bravo;
71 Conselheiro Titular do CPM da Macrorregião Norte 1, Sr. Fernando Rangel; Conselheira Titular
72 da Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE), Sra. Viviane Manzione Rubio;
73 Conselheiro Titular do Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania, Sr. José André de Araújo. Na
74 sequência, o Presidente Suplente não acatou com a questão de ordem que solicitou o
75 cancelamento da reunião, seguido de seu prosseguimento; lamentou a retirada dos (as)
76 Conselheiros (as), que poderiam contribuir com a discussão; ressaltou que o material se
77 encontra publicado no site <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/>, e que somente foi
78 possível continuar com a revisão da “Lei de Zoneamento” em razão da suspensão da liminar
79 que havia proibido seu prosseguimento. **4)** Em relação ao primeiro item de pauta, foi dada

80 posse para a Conselheira Suplente da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
81 (COHAB), Sra. Keila Cristina Marins Cardoso, conforme Portaria SGM nº 83/2023, de 12 de
82 maio de 2023 (Diário Oficial da Cidade de 15/05/2023). **5)** Em relação ao segundo item da
83 pauta, o Presidente Suplente iniciou a apresentação das alterações contidas na minuta final de
84 Projeto de Lei (PL) que altera a Lei Municipal nº 16.402/2016, conhecida como Lei de
85 Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS); informou que a minuta foi elaborada a partir
86 do processo participativo realizado entre os anos de 2017 e 2019, sem a inclusão de novos
87 pontos, mas atualizados considerando o PL 127/23, referente a Revisão Intermediária do Plano
88 Diretor Estratégico (PDE); em seguida, expôs uma apresentação condensando os artigos do PL
89 da alteração da LPUOS em quatorze temas: Transferência do Direito de Construir, Vila,
90 Fachada Ativa, Recuos, Alargamento de Passeio Público, Fruição Pública, Quota Ambiental,
91 Atividades, Parcelamento do Solo, Outorga Onerosa, Requalificação, Fiscalização,
92 Correções/Revogações e Quadros, e, para cada tema, explicou os artigos propostos; ao fim,
93 ressaltou que as mudanças são pontuais adaptadas a partir da minuta elaborada em 2017 e
94 2019, e poderá eventualmente ocorrer um novo processo de revisão, contemplando uma
95 discussão mais ampla, mas que ocorreria em outro momento e contexto. **6)** Iniciado o debate
96 sobre o exposto, o Conselheiro Titular do Conselho Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT),
97 Sr. Mauro Sérgio Calliari, afirmou que, apesar de ter assinado a Carta lida anteriormente,
98 preferiu se manter na reunião, por acreditar no bom senso e na possibilidade de olhar na face
99 dos presentes, lamentando a ausência do Presidente, Sr. Marcos Duque Gadelho; afirmou que
100 não entraria nas questões apresentadas, pois acredita que o processo possui "vícios de
101 origem" e suscita a questão sobre o interesse que a cidade possui em sua continuidade, de
102 algo iniciado uma semana após o envio da revisão do PDE para Câmara, de uma minuta que
103 não fora discutida recentemente; considerou insuficiente a justificativa apresentada de que
104 não há necessidade de discussão por ter ocorrido em 2017 e 2019, por conta da cidade ter
105 passado pela pandemia e a intensificação da aplicação dos princípios do PDE, sem a
106 participação da Sociedade Civil; indagou sobre a possibilidade de que sejam discutidos todos
107 os pontos trazidos em reunião após o envio recente a Câmara da proposta de revisão do PDE,
108 algo que considerou impraticável, assim como a capacidade da Secretaria em sistematizar
109 alguma contribuição trazida em reunião de todo o conteúdo apresentado; compreendeu que a
110 LPUOS está sendo entregue para que o Poder Legislativo altere a lei a sua vontade e sem
111 relação com o processo participativo de revisão do PDE realizado anteriormente; terminou
112 indagando quem se interessa em apressar o processo de revisão da LPUOS, que poderia
113 aguardar, como ocorrido com o PDE. **7)** Em seguida, a Conselheira Titular da ACSP, Sra. Beatriz
114 Messeder Sanches Jalbut, concordou com a exposição do Conselheiro Titular do CMTT, e
115 indagou se há possibilidade de que sejam trazidas sugestões no âmbito do Poder Executivo da
116 proposta de revisão da LPUOS, que considerou que deveria existir; qual a expectativa do Poder
117 Executivo em relação a forma como o processo será conduzido pelo Poder Legislativo, tendo
118 em vista tratar-se de um assunto técnico; e como serão consideradas algumas alterações
119 decorrentes da aprovação da revisão do PDE. **8)** Na sequência, a Suplente do Conselho
120 Municipal da Habitação (CMH), Sra. Simone de Castro Melo, indagou sobre algo não correlato
121 a pauta, sobre como uma entidade deveria proceder em uma área de sete mil metros

122 quadrados para estudo, de uma área que antes estava classificada como Zona de Interesse
123 Social (ZEIS) e se tornou Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), sendo que já existem
124 lotes demarcados com IPTU. **9)** Sobre as indagações, o Presidente Suplente afirmou que existe
125 uma compreensão da cidade como o resultado do produto de conflitos, mas que prefere
126 entender como resultado de acordos da sociedade, pois considera ruim viver em constante
127 conflito; considerou impraticável a manutenção infundável de uma discussão sem que se
128 concretize uma proposta; citou o exemplo da judicialização dos Projetos de Intervenção
129 Urbana (PIU), que teria feito com que a cidade perdesse a oportunidade dos juros baixos de
130 2018 e 2019 para viabilizar a Macrozona de Estruturação Metropolitana, prevista pelo PDE, em
131 vez disso, adensou em torno dos corredores; ressaltou que a proposta para a LPUOS não está
132 alterando o perímetro das zonas, somente os instrumentos aplicáveis para viabilizar que o
133 processo de construção da cidade não fique impedido por conta de limitações de sua
134 interpretação e aplicação; por tal razão, afirmou que a proposta busca viabilizar sua aplicação,
135 em vez de modificá-la; informou ter recebido propostas para que fossem alterados os
136 zoneamentos, mas que não considerou ser o momento propício; sobre a indagação de quem
137 interessa a minuta em discussão, respondeu que interessa a produção da cidade, para tanto,
138 afirmou que se for identificado o que está sendo alterado, verificará que se trata do processo
139 de regulação da cidade de acordo com a sua dinâmica, inclusive pós pandêmica; para tanto,
140 afirmou que se trata de uma proposta tímida, mas que é intencional e adequada ao atual
141 momento; informou que após o retorno da proposta da Câmara, retornará para sanção ou
142 veto do Prefeito; informou que foi discutido com o Prefeito e internamente a supressão de
143 itens da minuta elaborada em 2018, sem inclusões, de modo que o avanço de seu
144 encaminhamento é visto como uma oportunidade para a regulamentação da cidade; sobre a
145 indagação da possibilidade de contribuições, respondeu positivamente, utilizando como
146 exemplo a discussão realizada no dia anterior na Câmara Técnica de Legislação Urbanística
147 (CTLU); afirmou que, frente a proposta de alteração do PDE ter sido elaborada pela SMUL, a
148 mesma teria pleno conhecimento da lei, assim como a necessidade de estar em harmonia com
149 a LPUOS; sobre a indagação trazida pela Conselheira Suplente do CMH, afirmou desconhecer
150 alteração de ZEIS para ZEPAM, mas que houve uma série de solicitações para que áreas
151 deixassem de ser demarcadas como ZEIS, que não foram alteradas e solicitou que fosse
152 encaminhado especificamente a questão levantada pela conselheira; ressaltou que há o
153 interesse que não haja o “congelamento” da cidade, pois seu congelamento segue o interesse
154 de forças desconhecidas, como o caso dos PIUs, em que não foi indagado a quem interessava
155 sua paralisação e qual seu impacto ao preço do metro quadrado na Cidade de São Paulo, uma
156 vez que rege a lei da oferta e da procura na cidade, e há interessados no aumento no valor dos
157 terrenos, enquanto que os interesses da Secretaria são de que nada permaneça congelado; ao
158 fim, não considerou haver nada de errado na proposta da LPUOS e agradeceu aos que
159 permaneceram na reunião e a importância de melhorar a Cidade. **10)** Em seguida, a
160 Conselheira Suplente do CMH afirmou que a área informada anteriormente é do zoneamento
161 de mil novecentos e oitenta e o IPTU é individualizado em lotes, e enviará o documento para o
162 e-mail indicado. **11)** Na sequência, o Conselheiro Titular do CMTT afirmou que sua
163 preocupação não se dirigiu aos pontos apresentados, mas a inexistência de um intervalo entre

164 a submissão do PDE e processo participativo da LPUOS; considerou que poderia ter investido
165 tempo e que ainda é possível não ser enviada; ressaltou que tal prorrogação não seria de
166 meses, mas somente o suficiente para que o CMPU avalie com mais calma a proposta; de seu
167 ponto de vista, o fato da minuta ter sido elaborada anteriormente a pandemia e em outra
168 gestão, com interesses distintos, seria motivo para que sua discussão fosse retomada, uma vez
169 que a pandemia não é algo abstrato, em que houve, dentre outras, o crescimento de e-
170 commerce que impactou o comércio e a logística da mobilidade, além de ações que não foram
171 feitas pelo Poder Público; lembrou do evento “Fórum 22/23”, em que o Presidente Suplente
172 esteve presente e havia um representante do Ministério Público que afirmou não ser razoável
173 que a revisão da LPUOS seguisse imediatamente a revisão do PDE; compreendeu haver forças
174 que ou não poderiam ser ditas na atual reunião, ou que talvez devessem ser ditas, mas que o
175 CMPU é o órgão qualificado para trazer contribuições interessantes a proposta; afirmou que
176 chama sua atenção a velocidade da tramitação, que gera confusão por não entender sua razão
177 e considerou que apresentar a atual reunião como uma “devolutiva” imediatamente ao seu
178 envio à Câmara, com esvaziamento dos membros, representou um “gesto simbólico” de todo
179 o processo, tanto sobre a retirada, quanto das falas trazidas. **12)** Em resposta, o Presidente
180 Suplente agradeceu a atitude do Conselheiro Titular do CMTT de ter permanecido na reunião,
181 como forma de construir de forma coletiva uma cidade melhor; afirmou que há determinados
182 momentos para o recebimento de contribuições, e que o atual visa a realização de ajustes, isto
183 é, não estão sendo propostas mudanças totais nem no PDE, nem na LPUOS; afirmou também
184 possuir opiniões pessoais sobre as leis, mas que não era o espaço de trazê-las, que poderá ser
185 futuramente. Sem mais falas, o Presidente Suplente agradeceu a todos e encerrou a reunião
186 do CMPU às 16h18min.

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

PODER PÚBLICO:

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

PODER PÚBLICO:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO NORTE 1

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO NORTE 2

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO OESTE

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO LESTE 1

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO SUL 1

SOCIEDADE CIVIL:

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO LESTE 2

MOVIMENTO DE MORADIA 1

MOVIMENTO DE MORADIA 2

MOVIMENTO DE MORADIA 4

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 3

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

SETOR EMPRESARIAL 1

SETOR EMPRESARIAL 3

ENTIDADES SINDICAIS

ENTIDADES PROFISSIONAIS

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 2

MOVIMENTOS CULTURAIS

ENTIDADES RELIGIOSAS

CADES

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS:

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC (CIGABC)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DE SÃO PAULO
(CONISUD)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI (CIMBAJU)
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SÃO PAULO (CIOESTE)
CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ (CONDEMAT).

PRESIDÊNCIA

MARIA JOSÉ GULLO
PRESIDENTE SUPLENTE

JOSÉ ARMENIO DE BRITO CRUZ
PRESIDENTE SUPLENTE

APOIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

MARIA GABRIELA CAMOLLEZ FLORIO
SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES
ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)

CRISTIANE FIGUEIREDO AFFONSO MARQUES
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

HE NEM KIM SEO
TITULAR

BEATRIZ BRUNO MENDES
SUPLENTE

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

FERNANDO BARRANCOS CHUCRE
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SG

REGINA MARIA SILVERIO
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

MARIA LÚCIA PALMA LATORRE

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

RODE FELIPE BEZERRA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

LARISSA DIANA MICHELAM

TITULAR

MARCOS PAULO CAMPOS FERREIRA DA COSTA

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

ANA LÚCIA DE LIMA FIOROTTI

SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA - SMIT

LILAINE APARECIDA BERTOLUCCI SOBRAL

SUPLENTE

SP-URBANISMO

MATHEUS HECTOR GARCIA

TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO - COHAB

KEILA CRISTINA MARINS CARDOSO

SUPLENTE

SUBPREFEITURA

PREFEITURAS REGIONAIS MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES

TITULAR

MACRORREGIÃO SUL 2

JOÃO PAULO LO PRETE

TITULAR

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 1

FERNANDO RANGEL

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO OESTE

MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA

SUPLENTE

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SÉ

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH

TITULAR

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL MACRORREGIÃO SUL 2

WELLYENE GOMES BRAVO

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 3

JULIETA APARECIDA TOLENTINO DE ABRAÃO

Assoc. Trab. Sem Teto Noroeste

TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 1

JOSÉ ANDRÉ DE ARAÚJO

Instituto Inácio Monteiro Ação e Cidadania

TITULAR

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS 2

JULIANA MILANESI MENNA BARRETO PREVEDEL

Sociedade dos Amigos do Planalto Paulista (SAPP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 3

EDUARDO SAMPAIO NARDELLI

Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (SINAENCO)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT

Associação Comercial de São Paulo (ACSP)

TITULAR

EDUARDO DELLA MANNA

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMÉRCIO/SP)

SUPLENTE

ENTIDADES SINDICAIS

LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Central Única dos Trabalhadores (CUT-SP)

TITULAR

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONG'S

MARGARETH MATIKO UEMURA

Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (PÓLIS)

TITULAR

ENTIDADES ACADÊMICAS (1)

VIVIANE MANZIONE RUBIO

Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE)

TITULAR

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

JOSÉ ANTÔNIO CHINELATO ZAGATO

Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE)

TITULAR

JULIANA TRENTO

Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo (CICLOCIDADE)

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE TR NSITO E TRANSPORTE - CMTT

MAURO SÉRGIO CALLIARI

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

SIMONE DE CASTRO MELO

SUPLENTE